

**CEDI**

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Estado de Minas

Class.: 256

Data: 19 de agosto de 1987

Pg.: \_\_\_\_\_

## Problema do índio

A questão indígena brasileira inscreve-se hoje entre as preocupações da sociedade e deve merecer toda a atenção, no momento em que o País re-discute seu destino através de uma Assembleia Nacional Constituinte. Mas, para que sejam encontrados caminhos viáveis e duradouros, de preservação dessas comunidades, inclusive evitando processos inadequados de aculturação, é preciso que a questão seja discutida amadurecidamente, sem preconceitos de natureza estritamente ideológicos, com conhecimento da real situação das tribos, sua condição territorial e assim por diante.

O conflito conceitual que marca hoje a questão indígena brasileira, com diferentes e antagônicas vertentes de pensamento, passando por posições políticas, religiosas e até de diversas escolas de antropologia, precisa ser vencido para alcançar um patamar mínimo de entendimento. Já não é possível sustentar-se, no contexto brasileiro, a posição de que o índio deve ser colocado em uma redoma, absolutamente isolado de quaisquer contatos com o exterior de sua tribo. O contato não é destruidor, eis que poderá acrescentar meios de melhorar situações e até de preservar raça e cultura. Afinal, o índio é também brasileiro e como tal deve ser tratado.

Há que se respeitar, é verdade, o

modo de viver, valores e costumes que definem um padrão de felicidade, bem como seu patrimônio, com território próprio que lhe garanta condições de sobrevivência. O índio deve ter direitos a partir da elaboração de um novo status jurídico. E as alterações mais graves de qualquer legislação deveriam ser objeto de discussão privilegiada no Congresso Nacional. Igualmente desgastante é a crônica discussão sobre demarcação de terras, que pode ser feita a médio prazo se houver o real interesse do governo.

Torna-se difícil posição radical sobre a exploração exclusiva de riquezas existentes nas terras indígenas pelas próprias tribos. É evidente que esta condição não se realiza concretamente e a solução parece ser a ação governamental compatibilizadora de agressões existentes. Se a riqueza interessa a Nação, é possível a exploração em condições adequadas, com geração de benefícios específicos para a população indígena, assim como ocorre com qualquer região e qualquer cidadão. Não se pode deixar o indígena desprotegido face a cobiças, nem sempre preocupadas com a preservação e o respeito à legislação. Todas essas questões devem passar por análise aprofundada pela Constituinte e espera-se que o País passe a ter normas modernas para o problema indígena.